

COMO PARAR O POPULISMO DE EXTREMA-DIREITA? PARA REINVENTAR A SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA ¹

Elísio Estanque²
Daniel Gameiro Francisco³

No presente artigo discutimos a realidade europeia, nas suas tradições filosóficas e legado civilizacional, questionando os fenómenos do populismo⁴ na sua relação com as transformações recentes da economia, designadamente as suas implicações na evolução do mercado de trabalho. Questionamos em particular a matriz social-democrata que, como sabemos, constitui a base da democracia liberal e sua ligação às políticas sociais. O princípio do diálogo social e da negociação coletiva ou “concertação social” foi ao mesmo tempo o principal garante onde cresceu o Estado providência e o pilar fundamental da defesa das liberdades políticas. O pluralismo político e o mercado livre não são incompatíveis com reformas sociais progressistas capazes de afirmar a coesão social fundada no diálogo e na negociação em luta por mais justiça social. Porém, esse desígnio requer a existência de elites “não elitistas”, ou seja, pressupõe que os segmentos sociais em ascensão na sociedade, dotados de meios – económicos, culturais e educacionais – mas sobretudo de um sentido ético focado no bem-estar geral, assumam como desígnio o desenvolvimento e o progresso. Esta abordagem procura contribuir para a necessidade de uma reatualização das ideologias políticas num quadro global onde cada vez mais se nega e se agride a política enquanto atividade nobre de dedicação à causa pública. Se, como mostraram os clássicos da ciência política, a chamada “classe apolítica” corresponde à maioria do povo, é inevitável que sejam as minorias a protagonizar as vanguardas da mudança, mas essas minorias só se assumem verdadeiramente transformadoras se respeitarem os princípios republicanos, como as liberdades individuais, a justiça e o desenvolvimento. As *elites instaladas* são em geral arrogantes e autoritárias, exploram o povo e vivem à sua custa, enquanto as *elites transformadoras* pugnam pela emancipação social e usam o Estado de direito (onde ele existe) como forma de combater as desigualdades.

O rápido crescimento do populismo de extrema-direita na Europa é igualmente resultado do desgaste sofrido pelas democracias ocidentais no

1 O presente texto, com ligeiras alterações, foi publicado em Portugal, sob o título “Populismo e social-democracia: que é feito das elites transformadoras?” na Revista *Finisterra*, nº 92, Lisboa: Fundação Res-Pública, 2023.

2 CES/ Univ. de Coimbra e UFBA-Salvador, BA.

3 FEUC-CES.

4 A noção de populismo encerra um vasto leque de fenómenos da cena política internacional, cujas origens históricas remetem para finais do século XIX nos Estados Unidos da América e na Rússia. Thomas Piketty, admitindo que o populismo pode ser de direita ou de esquerda, afirmou que o mesmo “não é mais do que uma resposta confusa, mas legítima, aos sentimentos de abandono das classes populares perante a globalização e o aumento das desigualdades” (2020, p. 94). Ver: Estanque, 2020.

quadro da globalização neoliberal. Colhendo inspiração na literatura sociológica e da ciência política, procuramos contribuir para um diagnóstico sobre a realidade europeia e antever saídas possíveis para o futuro da social-democracia, na sequência das várias crises e bloqueios que temos enfrentado nas primeiras décadas do século XXI, com especial foco no cenário pós-pandemia do COVID-19.

Democracia e Estado providência

O Estado providência tem a sua origem, como se sabe, nos finais do século XIX, com a governação de Bismark, cuja chancelaria pôs em prática um conjunto de medidas sociais que revelaram enorme sucesso na unificação alemã, assegurando um longo período de paz (desde 1870 até ao surgimento da I Guerra Mundial). Numa visão estratégica e com políticas sociais conduzidas pelo Estado, travaram-se os excessos de capitalismo selvagem e conteve-se a inclinação da classe trabalhadora alemã para o socialismo revolucionário. Este foi um período marcado pela extrema agitação do movimento operário e por sucessivas tentativas de afirmação do seu internacionalismo, nomeadamente através do ciclo de congressos das Internacionais Operárias, sendo neste quadro que se insere a génese do reformismo social-democrata. Diversas correntes anarcossindicalistas, marxistas e reformistas digladiaram-se (em especial ao longo da década de 1880), culminando em 1889 com uma aproximação (entre marxistas e “possibilistas”, ou seja, revolucionários e reformistas) que abriu caminho à chamada II Internacional, a qual permanece como matriz de referência da social-democracia. Várias dezenas de países estiveram representados nesse ciclo de congressos, mas foram sobretudo o SPD alemão e o Partido Operário Francês que, aliados à Liga Socialista Britânica e à Federação Social-Democrata Britânica – apesar de inúmeras controvérsias e fações em confronto pelo meio –, conduziram mais tarde à criação da *International Socialist Bureau* (ISB), sediada em Bruxelas, e que colapsou na sequência da I Grande Guerra. Com o triunfo da revolução Bolchevique na Rússia, em 1917, Lenine tornou-se o líder incontestável da corrente revolucionária do movimento operário, processo que culminou com a fundação, em março de 1919, da III Internacional, ou «Internacional Comunista» (em Petrogrado, pela mão de Lenine).

A social-democracia, ou seja, o projeto de socialismo reformista e pluralista, excluído pela hegemonia comunista, prosseguiu o seu caminho inspirado no exemplo dos países nórdicos. Tal modelo ganharia maior impacto na Europa ocidental com o fim da II Guerra Mundial, abrindo condições para a posterior assinatura do Tratado de Roma (1957) e o nascimento da Comunidade Económica Europeia (1958). O projeto europeu nasce, assim, orientado para o desenvolvimento de políticas públicas portadoras de bem-estar ao conjunto da sociedade, enquanto garantia de coesão social necessária às reformas que estabeleceriam, não só maior justiça social, mas também o equilíbrio dinâmico

do sistema, na sua compatibilidade entre democracia e capitalismo — e cujo conhecido sucesso não deixou, ainda assim, de implicar a tensão permanente entre essas duas lógicas. De resto, a velha tensão ideológica entre reforma e revolução, que desde Rosa Luxemburgo acompanhou repetidas controvérsias ao longo do século XX, mereceu a atenção da sociologia, a qual ajudou a deslocar o foco da polémica doutrinária para um conhecimento crítico sobre a complexidade da mudança social. A crescente instabilidade do mundo ocidental, tanto no plano económico como no sociocultural, multiplicou essas tensões e deu então lugar a diversificadas linhas de análise no campo das ciências sociais. Vale a pena sintetizar algumas delas.

A “Escola de Frankfurt”⁵, por exemplo, forneceu uma abordagem crítica do capitalismo do século XX, ao mesmo tempo que se demarcou do regime estalinista e da velha ortodoxia marxista-leninista, fazendo a denúncia premonitória dos efeitos nefastos da massificação, do consumismo e da alienação de efeitos desestruturadores, quer na esfera socioeconómica, quer na política (Robert Castel, Erik Olin Wright, Ricardo Antunes, Klaus Dörre, Thomas Piketty, Hartmut Rosa etc.). Ellen Meiksins Wood⁶, em particular, questionou a relação entre democracia e capitalismo, procurando contrapor a essa incompatibilidade a possibilidade de uma solidariedade fundada (ainda) na noção de classe, capaz de promover o recuo do capitalismo, condição para que a democracia representativa permitisse reverter a cidadania passiva, transformando-a em cidadania ativa, no quadro de uma transformação histórica orientada para transcender o sistema dominante. Outros autores de referência na área da sociologia, porta-vozes de diferentes escolas de pensamento, deixaram importantes contributos para se compreender o sucesso e os dilemas da social-democracia, do Estado providência e sua crise, na Europa ocidental a partir do pós-guerra (Karl Polanyi, André Gorz, Pierre Rosanvallon, Ralf Dahrendorf, Alain Touraine, Anthony Giddens ou Gøsta Esping-Anderson etc.).

Certo é que, desde a década de 1970, o paulatino esgotamento do regime fordista trouxe consequências profundas no plano social e no discurso político. Gradualmente, ganhou força o discurso contra a deriva ideológica da política e em prol de uma “sociedade tecnocrática”, entregue a *experts*, alegadamente os melhor preparados definir o bem-estar coletivo. Articulado com a desvalorização da clivagem esquerda/direita e da dialética geral das oposições políticas, este discurso vai mesclar tecnocracia e nacionalismo, numa visão ufana, eivada de narrativas encantatórias — que a politização não poderá jamais alcançar ou compreender —, onde ganham vigor novas propostas de comunidade e seus mundos imaginários, apoiadas na releitura dos processos de identidade nacional. Não raro, isso vem acompanhado por fenómenos de plebeização da política e protagonistas de linguagem rude, mas sedutora, no

5 Entre os fundadores, merecem destaque nomes como [Max Horkheimer](#), [Theodor W. Adorno](#) e [Herbert Marcuse](#); mais recentemente, destacam-se autores como [Jürgen Habermas](#), [Alfred Schmidt](#) e [Axel Honneth](#).

6 MEIKSINS-WOOD, Ellen. Democracia contra Capitalismo: a revisão do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

seu plebeísmo emotivo e simplista. Nessa autêntica espiral de mediocridade, o espírito daquilo que já foi designado pelo “homem massa”⁷ toma as próprias elites políticas, subitamente aptas a fazer coro com as massas populares contra as exigências de uma visão reflexiva, crítica, racional, intelectual ou institucional do mundo — a qual teria sempre de requerer a participação de setores da classe média ou da intelectualidade em disputa com a elite instalada.

Lutas sociais e coesão social

Como é sabido, a resposta que as classes trabalhadoras e os seus sindicatos deram aos excessos do liberalismo do século XIX afirmou direitos e conquistas fundamentais, levando estes estratos sociais a uma aproximação aos padrões de vida das classes médias urbanas. Por outro lado, durante o pós-guerra impôs-se à Europa um novo xadrez político, com a derrota da Alemanha e o poder hegemónico da NATO e da aliança anglo-americana a influenciarem as políticas económicas, nomeadamente através do Plano Marshall. É este cenário de recuperação e rápido crescimento que abre espaço ao keynesianismo, proporcionando à Europa uma prosperidade que credibilizou a social-democracia enquanto alternativa ao capitalismo selvagem e ao socialismo revolucionário. Depois de dois conflitos mundiais e particularmente após a tragédia do nazi-fascismo, o clima sociopolítico de meados do século XX realçou e deu confiança à estabilidade e ao desejo de harmonia social no mundo ocidental, em especial nos países onde a tradição social-democrata já tinha raízes.

Naturalmente, a presença de um movimento operário forte, como no caso de França ou de Inglaterra, imprimiu nas dinâmicas de mudança uma conjugação dialética entre as lutas sociais e os compromissos de classe. No campo da sociologia, o reflexo foi a divisão entre uma perspetiva europeia, mais crítica e engajada, por influência do marxismo, e a perspetiva liberal, prevalecte na América do Norte, assente nas visões do empreendedorismo e da “meritocracia”, princípios centrais da corrente estrutural-funcionalista. É por isso que este paradigma ganhou mais adesões nos EUA, enquanto na Europa a institucionalização do conflito e as reformas desencadeadas no terreno socioeconómico reforçaram os mecanismos de diálogo social. Sob a influência da social-democracia, o pluralismo político tornou-se o eixo central da democracia liberal, ao mesmo tempo que no campo produtivo triunfava o modelo “tripartido” de diálogo social.

Os consensos sistémicos e organizacionais impuseram-se então, durante décadas, desde o pós-guerra, beneficiando do modelo de gestão desenvolvido por Frederick W. Taylor, e expandido por Henry Ford, a partir de princípios do século XX. Se o regime *taylorista-fordista* se tornou dominante à escala internacional, foi no contexto europeu que – dada a herança social-democrata e a força da cultura operária – a sua dinâmica reformista e abordagem socio-

7 GASSET, José Ortega y. A Rebelião das Massas. Lisboa: Circulo de Leitores, 1989.

política mais frutificaram. Numa espécie de “virtuoso paradoxo”, a concentração industrial conduzia à massificação e alienação do trabalhador, mas fazia simultaneamente germinar a consciência coletiva e as identidades de classe, que erigiram o operariado em protagonista central do capitalismo moderno, não apenas em contextos revolucionários, mas também em períodos de estabilidade e harmonia social (R. Dahrendorf, J. Goldthorpe, A. Giddens, A. Touraine, Meiksins-Wood, D. Lockwood, A. Gorz). Várias abordagens sociológicas analisaram assim as sociedades democráticas europeias como modelos de um equilíbrio dinâmico, que promovia bem-estar e trazia prosperidade às classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que mostrava a viabilidade de um capitalismo com responsabilidade social. Na atividade industrial, os ritmos tayloristas conjugavam-se com a produção e consumo de massas, estimulando um ciclo virtuoso de crescimento, legitimado por políticas salariais, democracia e individualismo. Isso contribuía para expandir os direitos de cidadania e fazer emergir movimentos sociais que enriqueciam as democracias, à medida que o clima de guerra-fria e o espectro da revolução soviética acicatavam a sociedade civil, em especial as gerações mais jovens.

Paulatinamente, todavia, a aposta na educação, o papel das universidades, a burocratização do setor público e das grandes empresas, lado a lado com os novos estilos de vida urbanos e a recomposição do tecido produtivo, abriam o campo da economia de serviços, onde o operariado industrial e o movimento sindical tradicional perdiam espaço. O modelo de diálogo social típico do fordismo iria sofrer alterações, enquanto a classe trabalhadora e as instâncias de concertação social se recompunham, com o binómio conflito-negociação a obedecer cada vez mais à cultura neocorporativa⁸. Com enormes consequências, as disputas de cariz ideológico e estratégico que tinham presidido ao desenvolvimento desse modelo davam lugar aos interesses imediatos e à lógica economicista.

Desigualdades e classe média

As sociedades complexas – em especial as democracias consolidadas – são, pois, eminentemente conflituais. Nessa conflitualidade, a componente económica joga um papel decisivo, sendo a economia e a política indissociáveis. Na prática, a importância central da economia reflete-se no plano da negociação e da política, principais pilares do Estado de direito numa sociedade democrática. Thomas Piketty⁹ argumentou que, no contexto do neoliberalismo, a taxa de lucro (r) do capital tende a ser maior que a taxa de crescimento da economia (g), segundo a fórmula $r > g$. Ou seja, o facto de os rendimentos de capital, a partir da década de 1970, terem ultrapassado o rendimento do trabalho, conduziu ao rápido crescimento das grandes fortunas, tendência

8 SCHMITTER, Philippe C. Portugal: do autoritarismo à democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

9 PIKETTY, Thomas. Capital e Ideologia. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2020.

que inverteu o ciclo anterior – dos 30 anos gloriosos –, quando as desigualdades abrandaram, em especial na Europa ocidental. A acentuar-se essa tendência, o atual processo deverá pôr em causa, como atrás apontámos, a própria democracia, dado o sentimento crescente de injustiça e abandono a alimentar o populismo e os movimentos antidemocráticos.

Vale a penda recordar o ciclo inverso que ocorreu algumas décadas atrás. O período de prosperidade que se iniciou após a I Grande Guerra e se projetou na segunda metade do século XX deveu-se aos sucessivos choques externos de recuperação de economias destruídas, na sequência da Grande depressão e em particular da II Guerra Mundial. Com a ajuda de programas de recuperação onde a solidariedade internacional (New Deal/ Plano Marshall) foi decisiva, o rápido crescimento económico favoreceu políticas fiscais e reformas sociais que fortaleceram o Estado providência, e com isso o desafogo das classes trabalhadoras, estimulando o consumo e a coesão social nos regimes democráticos. Quer as classes trabalhadoras, quer as classes médias com maior capital educacional, protagonizaram experiências de mobilidade social onde a angariação de competências (diplomas e acesso às novas tecnologias) se conjugou com lutas sociais significativas, forçando a cooptação pelo setor empresarial e por um Estado social em expansão. Os investimentos públicos em setores como a educação, a saúde e a segurança social constituíram os maiores fatores de coesão social, num período onde o capitalismo e a democracia puderam preservar algum equilíbrio, induzindo uma sensação de prosperidade e de uma (talvez mais ilusória que real) mobilidade social ascendente, conforme diversos estudos sociológicos evidenciaram.¹⁰

Daqui resultou uma espécie de duplo movimento: (i) o da globalização neoliberal, a conduzir segmentos distintos, com recursos culturais e económicos distantes – geográfica e socialmente –, a uma certa convergência, devido à ligeira ascendência dos primeiros (camadas pobres das periferias do Sul) e ao declínio dos segundos (classes médias dos países centrais do Norte); e, paralelamente, (ii) o de recomposições que promovem um aparente “multiculturalismo”, no espaço europeu e nos EUA, em vez de um esperado cosmopolitismo, que tem gerado novas colisões identitárias, étnicas, religiosas e raciais. Paradoxalmente, quanto maior se tornou a proximidade entre grupos coesos, mais rapidamente cresceu o preconceito e a xenofobia. Os fluxos migratórios, o terrorismo, o tráfico internacional de mão-de-obra, as guerras, as catástrofes naturais em África, a pressão dos refugiados, os problemas sociais na América-Latina, as migrações clandestinas, etc., constituem assim fatores importantes no incremento da xenofobia e da conflitualidade, contribuindo para a escalada de violência e a ameaça populista e neofascista.

A consequência é a de que as classes médias do Ocidente parecem perdidas e as camadas populares ressentidas, deixadas para trás, exauridas, ame-

10 ESTANQUE, Elísio. *Classe Média e Lutas Sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. NUNES, Nuno. *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*. Lisboa: Mundos Sociais, 2013. RODRIGUES, Carlos Farinha, et al., (coord.). *Desigualdades de Rendimento e Pobreza em Portugal*. Lisboa: FFMS, 2016.

açadas ou destroçadas nas suas identidades de pertença, sejam elas de base classista, comunitária ou territorial (a aldeia, a vizinhança e o bairro já se tornaram referências longínquas). Os processos de “descivilização”, para evocar Norbert Elias¹¹, derivam de sentimentos de medo e ameaça. De um lado, os grupos subalternos debatem-se com a escassez de meios para suprir necessidades elementares; do outro, alguns segmentos estabelecidos confrontam-se com a ascensão (real ou imaginária) de minorias recém-chegadas, suscitando pulsões de ódio e uma vontade de “regresso à velha ordem”, já que se sentem “diminuídos na sua autoestima”. Isto mostra como a frustração individual se converte em disposições para a reinvenção de um “nós” de tipo nostálgico, ou eventualmente prospetivo, numa nova ordem simultaneamente protetora e vingadora. Nesta linha de análise, Albert Hirschman¹² levantou a questão de saber quanto tempo é preciso para que o homem comum atinja o ponto de saturação em que produtos e serviços – inclusive propostas políticas – sofram o inevitável desgaste, se não mesmo a erosão irremediável?

Novas dinâmicas de transformação global

Nas últimas décadas, as grandes transformações estimuladas pela economia financeira e o mercado global promoveram a aceleração de fluxos socioculturais de diversos tipos. Isso tem sido designado por «*Modernidade Líquida*»¹³, que ameaça os laços de pertença e destrói os alicerces das identidades pessoais e comunitárias. Porém, a referida liquidez não está a esbater as estruturas sociais mais poderosas, que, como já assinalámos, continuam a desenhar desigualdades profundas¹⁴. A mobilidade do capital e a sua rápida circulação à escala mundial refizeram os fundamentos da estratificação social sob segmentações distintas, nos países desenvolvidos como nos periféricos. Mas é claro que o desafogo da classe trabalhadora europeia nos trinta anos “gloriosos” não é separável da transferência de recursos oriundos do Sul Global. É por isso que o que chamamos de “reconciliação com o futuro” significa a atual necessidade de recuperar a compreensão de conexões e interdependências históricas, dignificando, desde logo pelo reconhecimento, os povos, os recursos e as culturas sacrificadas nessa avalanche eufórica de um capitalismo predador, do qual as metrópoles coloniais foram beneficiárias, e que o eurocentrismo dominante persistiu ignorando ao longo dos séculos XIX e XX.

11 ELIAS, Norbert. O Processo Civilizacional, vol. I. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

12 HIRSCHMAN, Albert. Exit, Voice and Loyalty: Response to the Decline of Firms, Organizations and States. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1970.

13 BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

14 Nos EUA, e com um Estado social bem menos ambicioso do que a Europa, o volume de riqueza dos 10 por cento mais ricos do país decaiu dos 90 por cento em 1914 para 63 por cento nos anos 1980s, antes de voltar a subir para 74 por cento em 2015. Estudos recentes comprovam que a crescente concentração da riqueza neste país se liga ao progressivo alívio da carga fiscal sobre os mais ricos, em tendência que acelerou durante a administração Trump, com as 400 famílias de maiores rendimentos a verem os seus impostos reduzidos desde meados do século passado – de 70% em 1950 para 47% em 1980 e 23% em 2018, valor próximo dos da década de 1920 —, e cuja consequência maior foi a penalização da classe média americana (Saez e Zucman, 2020).

Importa por isso assumir uma outra atitude que possa resgatar conhecimentos, saberes localizados, relações com a natureza e culturas comunitárias oprimidas ao longo dos séculos¹⁵. Por outro lado, todavia, há que reconhecer que a globalização também abriu caminho a um processo de convergência entre, por um lado, as camadas miseráveis que, no subcontinente asiático, na África e na América Latina, melhoraram a sua condição à custa de uma “inserção submissa” nas cadeias de valor globais, ganhando algum poder aquisitivo (embora escasso), e do outro lado, na Europa e nos EUA, as classes-médias assalariadas (ligadas ao funcionalismo público, profissões liberais, ao setor dos serviços e à nova economia digital), que viram os seus rendimentos estagnar, expectativas defraudadas, carreiras profissionais bloqueadas e ocupações precárias a substituírem empregos estáveis.

O estatuto das novas classes médias em ascensão entrou em derrapagem e, por consequência, cresceu o espectro da proletarização. Nestas circunstâncias, a repetição do discurso demagógico, em especial dos partidos do sistema, tem um prazo de validade curto. Caso a anuência dos cidadãos dê lugar ao ressentimento, à crispação e ao protesto, como tem ocorrido, é a retórica da extrema-direita que se fortalece. Se o descontentamento já não é resolvido através da alternância dos governantes pela eleição democrática, abre-se caminho ao sentimento de recusa da própria democracia, por troca com a narrativa populista, a qual – como também já referimos – oferece ao pensamento a simplicidade de soluções fáceis para os problemas. Em pleno século XXI, disseminam-se então os “contramovimentos” de matriz populista, de que as vitórias de Trump, Erdogan, Orbán, Putin, Bolsonaro etc., são exemplos. De resto, outros casos de líderes protofascistas, a arrastar apoios e votos que exprimem a vontade de “saída” de um *statu quo* que despreza os cidadãos, poderão ser citados. Bem entendido, como assinala Arjun Appadurai, já não se trata da substituição de governos pela oposição, mas antes de uma forma de “sair” da própria democracia, assolada por enorme “fadiga”, “cansaço” relativamente aos seus “tempos longos” e procedimentos reflexivos, em vez de se reparar e debater democraticamente a política¹⁶. A gritaria contra os “privilégios” das elites confunde-se então com a rejeição da democracia e do Estado de direito, na sequência, disse-o antes Christopher Lash¹⁷, do sentimento de abandono que se confunde com verdadeira “traição” das elites globalizadas — inclusivamente as “de esquerda” —, cujos interesses e formas de vida rompem a ligação de afinidade aos territórios e comunidades onde a existência dos cidadãos continua a fazer-se. Não será pois surpreendente que as novas “massas”, condenadas ao isolamento social, à precariedade ocupacional e à estagnação salarial, con-

15 SANTOS, Boaventura de Sousa. A new vision of Europe. Learning from the Global South. In: SANTOS, Boaventura S. & MENDES, José M. (orgs.). *Demodiversity: Toward post-abyssal democracies*. New York and London: Routledge, 2020. p. 31-53. SANTOS, Boaventura de Sousa. Desmercantilizar, descolonizar y despatriarcalizar. *El País*, 28 fev. 2021.

16 APPADURAI, Arjun. O cansaço da democracia. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *O Grande Retrocesso: um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo*. São Paulo: Editora Objetiva/ Penguin-Random House, 2017. p. 17-31.

17 LASH, Christopher. *The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy*. New York: W.W Norton & Company, 1995.

substanciados no decréscimo da esperança de vida dos que não têm formação superior — como no Brasil ou nos EUA da última década, com a progressão das causas de morte por overdose de medicamentos e drogas, a par de tresloucadas ações criminosas, suicídios etc. —, passem a votar sem qualquer ponto de referência fixo, chegando a declarar-se objetivamente racistas e xenófobas, mesmo quando são de condição operária e votantes originalmente em partidos de esquerda (como acontece em França com parte do eleitorado da Frente Nacional, atual *Rassemblement National*).

O populismo e a social-democracia

A par das especificidades de cada contexto, afigura-se necessário, à escala do Estado, retomar e intensificar o processo de convergência económica em benefício dos cidadãos e classes subalternas. Só políticas sociais inclusivas, que reponham o sentido de coesão e segurança que as últimas décadas têm visto retroceder, mas sobretudo para que os governos e as instituições democráticas invertam o curso que ameaça as democracias, podem recuperar a credibilidade perdida das instituições, voltando a oferecer aos cidadãos o bem-estar e o progresso que a social-democracia e o projeto europeu prometeram e, desde o pós-guerra até meados da década de 1970 (as chamadas três décadas douradas), conseguiram realizar. Foi nesse período áureo do Estado providência europeu, onde as políticas keynesianas e a social-democracia configuraram um “capitalismo de rosto humano”, que se domesticaram os impulsos mais selvagens do mercantilismo e se abriram as perspetivas de uma sociedade de bem-estar, onde as velhas bandeiras herdadas do Iluminismo – liberdade, igualdade e fraternidade – podiam encontrar condições de realização.

A questão é que este horizonte terá de recuperar-se agora no quadro de mutações do Estado e da economia que dificilmente se compaginam com tais ambições sociais e políticas. Na realidade, de entre as transformações que mais influenciaram a vaga populista, na sua recusa das elites governativas, económicas e intelectuais, a determinante terá sido o deslocamento dos processos da decisão política para entidades supranacionais (o caso da União Europeia), de pendor neoliberal ou ordoliberal, as quais acabaram por aceitar, quando não a promover, uma espécie de dependência funcional da ação governamental relativamente aos grandes organismos internacionais da economia: OCDE, FMI, Banco Mundial. Tal não significou tanto a adição de outras escalas de decisão institucional às existentes (nacional e infranacional), que viessem juntar uma dimensão de governação supranacional às instâncias locais, regionais e nacionais da maioria dos países. O que se passou, ao invés, foi a banalização de arquiteturas constitucionais de longa data, repositório de aprendizagens e combates sociopolíticos de diferentes tempos e orientações, suplantadas pela normalidade da excecionalidade¹⁸, com o conseqüente esvaziamento da

democraticidade da política e do funcionamento institucional. À visibilidade, transparência e fiscalização internas da política (mesmo se tradicionalmente insuficientes) sobrepôs-se uma nova opacidade. À responsabilização dos decisores, sobrepôs-se o anonimato tecnocrático. À possibilidade de conversão ou adaptabilidade das medidas tomadas, sobrepôs-se a imposição de soluções únicas e centralizadas.

Por outras palavras, parece esgotado o modelo assente no diálogo e na consciencialização das reais condições de vida das populações, em linha com a tradição social-democrata, que antes podiam reconhecer-se no papel dos corpos intermédios e dos partidos políticos. Em vez disso, os mecanismos e os atores institucionais passaram a submeter-se à tramitação longínqua dos assuntos e a uma gestão eminentemente estatística do mundo. A competência técnica e política dos quadros formados nos sindicatos e partidos políticos, enquanto estruturas de mediação, foi secundarizada, em favor de um espaço de regulação dividido em dois planos: o das grandes linhas de conformidade emanadas das organizações supranacionais da economia, desvalorizador dos contextos nacionais e respetivas particularidades de desenvolvimento, e o de uma regulação socioeconómica doméstica cada vez mais atomizada e individualizada, em consonância com o modelo económico dominante. Em conjunto, estes dois planos deram origem a uma paisagem desvitalizada institucionalmente, pouco articulada entre setores e territórios, onde vicejam redes de interesse autocentradas e egoísticas, nacional e internacionalmente articuladas, alheias a qualquer noção de bem-comum ou projeto coletivo.

Neste contexto, a esquerda desligou-se da noção de partidos de classe e respetivos vínculos ao mundo do trabalho, passando a adotar, na sua ação governativa — até para escapar ao rótulo da “irresponsabilidade” —, o padrão global da gestão tecnocrática das sociedades. Por outro lado, quando na oposição, privilegia causas fraturantes, sob o impulso de categorias como os professores, intelectuais ou profissionais liberais, e menos as preconizações ligadas ao mundo operário e sindical, o que permite falar de uma espécie de “proletariado de ideias”, que conduz estes setores vinculados à “classe média” a uma atitude algo esquizofrénica, oscilando entre a propensão tecnocrática e o simplismo populista. Não escapa assim a esquerda, antes pelo contrário, somatiza, ao que Touraine diz ser a contraposição cada vez mais inescapável entre a instrumentalidade da técnica e o mundo fechado das identidades. Nesse “face a face demasiado perigoso dos mercados e das tribos”¹⁹, os tecidos sociais assemelhar-se-ão a *puzzles*, sem lógica de integração ou estabilização, num misto entrelaçado de organizações, práticas, aspirações, modelos culturais ou condutas coletivas de onde se afigura impossível extrair quaisquer princípios de unidade e organização. Na prática, daqui emana tal complexidade que o legado conceptual e institucional com que se apreendeu, organizou e deu

to: Vida Económica, 2019.

19 TOURAINE, Alain. Qu'est-ce que la démocratie? Paris: Fayard, 1994.

sentido à vida coletiva se volatiliza²⁰. O Estado, em especial, outrora lugar de expressão e difusão do imaginário progressista, decaí face a formas de regressão social, económica ou civilizacional, às quais não consegue escapar, implicando a “desvitalização” galopante das democracias e o surgimento daquilo que na nossa epígrafe Michelet chama “as bruxas”²¹.

Elites empreendedoras

No passado, como no presente, as grandes mudanças ou revoluções puderam mudar o panorama sociopolítico de uma nação, com uma rebelião popular ou uma vanguarda coletiva, como na revolução soviética de 1917, a liderar a rutura histórica com o regime deposto. As forças motrizes que conferiram sustentação e continuidade a essa mudança foram sempre suportadas por segmentos sociais em ascensão, os quais tenderam a converter-se na nova elite. Nalguns casos, configurou-se um novo despotismo, noutros prosseguiu-se em sintonia com as promessas de progresso e bem-estar inicialmente proclamadas.

Em termos globais, na aurora da modernidade, desde a Renascença ao movimento Iluminista, importantes figuras ligadas à alta cultura, à ciência e às artes protagonizaram viragens decisivas nas mentalidades, contribuindo para enfraquecer ou derrubar velhas convenções, estatutos e privilégios. As velhas elites são, por regra, substituídas por novas, mesmo que a rutura seja anunciada em nome dos interesses do povo. Norbert Elias, por exemplo, refere-se à juventude literária alemã de finais do século XVIII e ao papel que teve no derube de regimes despóticos, realçando o significado de setores em transição, por vezes até em rutura com as suas origens sociais: “é nessa esfera literária, até certo ponto permitida pelo aparelho dos Estados absolutistas, que a jovem geração de classe média se colocava a si própria, bem como aos seus novos sonhos e ideais contestatários, em oposição aos ideais da corte”²².

O crescimento das classes médias na Europa ocidental, como referimos, resultou em larga medida das políticas reformistas, sobretudo a partir do fim da II Guerra Mundial, fornecendo a base para que o crescimento e o sucesso da economia de mercado fossem equilibrados com programas sociais promotores duma redistribuição mais equilibrada dos recursos. Além disso, o dinamismo técnico-científico incorporado no mundo empresarial, a par da absorção de experts e profissionais na administração pública, favoreceu a ampliação desses setores de classe média. Como consequência, a narrativa meritocrática ganhou

20 Viver-se-á num tempo sem fio condutor, suspenso numa permanente, diferida e indefinida transição, que não dá clareza para construir mapas cognitivos com que orientar indivíduos e grupos sociais.

21 GEISELBERGER, Heinrich (Org.). O grande retrocesso: um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo. São Paulo: Editora Objetiva/ Penguin-Random House, 2012. ROSANVALLON, Pierre. Notre Histoire Intellectuelle et Politique. Paris: Seuil, 2018.

22 ELIAS, Norbert. O Processo Civilizacional, vol I. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

credibilidade e com isso a coesão social saiu fortalecida. Ora, se isso foi assim até ao fim das chamadas “três décadas douradas” do capitalismo organizado, com as primeiras crises petrolíferas e o horizonte da globalização neoliberal a componente empreendedora ganhou terreno, e com ela a aceleração do empreendedorismo e individualismo, abrindo caminho a uma profunda mudança de paradigma. Tal mudança teve grandes repercussões, não só no terreno socioeconómico, mas também nos planos cultural e político.

É assim que está em curso, desde o final dos anos oitenta, a sobreposição das preocupações identitárias às questões sociais clássicas. Para muitos, como Régis Débray, tratou-se da americanização das agendas políticas e das experiências culturais. O modo de vida e os valores americanos terão conquistado, por arrastamento da globalização, sociedades até recentemente dotadas de alguma peculiaridade de funcionamento, tornando as culturas europeias meras variáveis de ajustamento. Como afirmou Elisabeth Roudinesco²³, a respeito do populismo na Europa e da sua sedução sobre intelectuais com teses racistas, xenófobas e nacionalistas, “a nossa época é individualista e pragmática. Ama o instante presente, a avaliação, o determinismo económico, as sondagens, o imediatismo, o relativismo, a segurança. Cultiva o exibicionismo dos afetos e das emoções, assente numa explicação do homem pelos seus neurónios ou genes”. Daqui se transita para uma encenação do “eu” enquanto sofredor, ofendido, portador de emoções singulares, a febril ligação a “marcadores identitários” que apenas exprimem ou amplificam o desejo de visibilidade e reconhecimento. Como traço dominante temos a “hipertorção do eu”, num tempo onde “cada um procura ser si-mesmo como um rei e não como *um outro*”.²⁴

Pode dizer-se que o elitismo é a contraparte do populismo, mas importa distinguir entre “elitismo” e a importância das elites ao longo do processo civilizacional. Se *A Elite do Poder* (de C. Wright Mills) ou as teorias sobre a “Lei de Ferro da Oligarquia” (de R. Michels) mostraram a perversidade do poder, na auto perpetuação dos privilégios adquiridos, não é menos certo que a verdadeira elite transformadora é herdeira das correntes filosóficas que abriram caminho ao triunfo do pensamento racional, da reflexão, da primazia da ciência e da sabedoria, com o contributo de mentes como Platão, Aristóteles, Copérnico, Galileu, Lutero, Da Vinci, Newton, Goethe, Marx ou Einstein, juntamente com outras referências no campo da arte, da música, da literatura e da poesia, cujo legado é incalculável para o progresso da humanidade no seu conjunto.

Sabemos que a elite tem sido muitas vezes olhada (em especial por influência do marxismo) sob o prisma da dominação e do “bloco-no-poder” no capitalismo moderno. Mas, como a história já demonstrou, desde as elites dirigentes aos estratos superiores da classe média, a única marca indiscutível é a sua heterogeneidade e até conflitualidade interna. A composição diversificada

23 ROUDINESCO, Elisabeth. Lacan, envers et contre tout. Paris: Seuil, 2011. p. 10-11.

24 ROUDINESCO, Elisabeth. *Soi-Même Comme Un Roi – Essai sur les dérives identitaires*. Paris: Seuil, 2021. Roudinesco refere-se aqui à fórmula de Paul Ricoeur, “soi-même comme un autre”.

de recursos, ou os diferentes tipos de capital (económico, cultural, educacional ou relacional), mostrou-o Pierre Bourdieu, define a variedade de condições e frações de classe, formas de *habitus* e estilos de vida, reorientando os esquemas classificatórios e subjetividades no seio de um corpo social extremamente diversificado. Por isso, quando falamos de classe média importa referir não só o plural, como dar atenção à experiência de movimentos e lutas sociais onde vigorou a ação coletiva, muitas vezes radical, de setores de classe média.²⁵ Tais setores, sejam os dos tempos medievais e de início do capitalismo (de que falam Norbert Elias ou E. P. Thompson), sejam as camadas jovens universitárias que emergiram na década de 1960 e no Maio 68, não são senão conjuntos em movimento ascensional, no sentido de novas elites forjadas na transição intergeracional, de onde têm brotado figuras intelectuais e líderes políticos decisivos para os avanços progressistas que a humanidade alcançou. Quanto ao resto, sabemos que a alternativa revolucionária e anticapitalista, sobretudo a que o marxismo ortodoxo vulgarizou ao longo do último século, que advogava a revolução “proletária” redentora contra o capitalismo, se revelou, ou impraticável, ou desastrosa do ponto de vista socioeconómico, mas sobretudo dos direitos humanos e da democracia. O que resultou da revolução violenta – conduzida em nome do proletariado ou do povo, como em outubro de 1917 – não foi senão a substituição de uma elite por outra, sendo que a vencedora²⁶ se deixou perverter e corromper ao longo do tempo, servindo-se da máquina burocrática e do poder de Estado até à edificação de um regime violento e totalitário chefiado por Estaline.

Conclusão

O nosso propósito centrou-se, por um lado, na crítica da conceção mais restrita e formalista da social-democracia, e, por outro, na procura de um contributo para antever o potencial de que essa tradição política é ainda depositária, bem como a sua capacidade de se reinventar perante os atuais desafios do mundo. Procuramos discutir e redescobrir a capacidade de ação das instituições democráticas, necessariamente coadjuvada pelas pressões vindas de baixo, pela ação das lutas sociais – ainda que parte delas decorra de pulsões plebeias, mais do que de movimentos orgânicos –, desde que saibam impor espaços de negociação e de governança capazes de imprimir a força que o Estado social e o “socialismo democrático” precisam. O tempo atual despreza a memória dos povos e omite a importância das lógicas de compromisso duráveis entre setores profissionais e classes sociais. A atual lógica económica, tutelada pelo capitalismo financeiro, trocou o vínculo com a produção territorial da vida material, fundada na velha transmissão local do saber e na gestão descentralizada dos conflitos, pela submissão a macro regulações veiculadas por um cres-

25 ESTANQUE, Elísio. *Classe Média e Lutas Sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

26 Porventura, excetuando os primeiros anos onde o envolvimento popular foi significativo, mas rapidamente derivou para a perseguição e forte repressão, culminando no totalitarismo estalinista.

cente formalismo jurídico, servidor de abstrações macroeconómicas e visões tecnocráticas do mundo. Por outro lado, abriu-se a porta a que as frustrações sociais e económicas olhem, cada vez mais, para “ícones” políticos – ainda que em geral despidos de qualquer competência específica – que sabem captar a desesperança dos cidadãos e projetá-la contra as elites. Beneficiando da instrumentação digital das redes sociais para nutrir pulsões primárias em diversos setores, recorrendo a autênticas fábricas de falsidades, acedem em “tempo real” à consciência fragilizada de identidades agredidas, as quais buscam um lenitivo em propostas diretas e juízos maniqueístas, não raro antidemocráticas e profascistas. Disso se alimenta o novo populismo, à medida que o vazio das condições democráticas e de enquadramento institucional da política é ocupado pela saturação polifónica do espaço público, tomado pela desmesura do leque de protagonistas e temáticas identitárias emergentes.

No final, temos de um lado o “capitalismo de espoliação”, verdadeira força organizada e maior protagonista da luta de classes do século XXI, perante um “proletariado de serviços” fragmentado, inconsciente e impotente²⁷, e do outro lado, estilhaçado por polarizações renovadas e aguerridas, um tecido social que, outrora feito de continuidades e equilíbrios, se projeta hoje na instrumentação digital e nas redes sociais para exprimir o medo, os interesses mesquinhos e as pulsões de ressentimento de diversos setores. Esse é o cenário que a social-democracia precisa de evitar para poder reinventar-se. Reinventar-se num verdadeiro modelo de socialismo democrático. Só o pode fazer, todavia, apelando a um profundo processo de reflexão, a um debate autocrítico, nomeadamente por parte da esquerda e do centro-esquerda que, entretanto, se encostaram à direita. Essa reinvenção ideológica pode ocorrer no quadro da União Europeia se não quiser dar razão aos seus inimigos que lhe auguram uma rápida decadência. Porque só a Europa poderá, recuperando a sua tradição, inspirar projetos viáveis para o futuro coletivo, desenhando uma nova estratégia ampla e aberta a outros continentes, nomeadamente África e América Latina, a fim de disputar a hegemonia com as atuais potências (EUA, China e Rússia) e contribuir para o equilíbrio multilateral do sistema-mundo.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020.

APPADURAI, Arjun. O cansaço da democracia. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). **O grande retrocesso**: um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo. São Paulo: Editora Objetiva/ Penguin-Random Hou-

27 WRIGHT, Erik Olin. Como ser Anti-Capitalista no Século XXI? São Paulo: Boitempo, 2020. ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2020. DÖRRE, Klaus. **Teorema da Expropriação Capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2022.

se, 2012. p. 17-31.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

DÖRRE, Klaus. **Teorema da expropriação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizacional**, vol I. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

ESTANQUE, Elísio. **Classe Média e Lutas Sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ESTANQUE, Elísio (2020). Populismo e extrema-direita. In: **Palavras para lá da pandemia**: cem lados de uma crise. Disponível em: <https://ces.uc.pt/publicacoes/palavraspandemia/?lang=1&id=30371.%20ISBN:%20978-989-8847-24-9>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FERREIRA, António Casimiro. **Sociologia das constituições**. Desafio crítico ao constitucionalismo de exceção. Porto: Vida Económica, 2019.

GASSET, José Ortega y. **A rebelião das massas**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1989.

GEISELBERGER, Heinrich (Org.). **O grande retrocesso**: um debate internacional sobre as grandes questões do nosso tempo. São Paulo: Editora Objetiva/ Penguin-Random House, 2012.

HIRSCHMAN, Albert. **Exit, Voice and Loyalty**: Response to the Decline of Firms, Organizations and States. Cambridge/MA: Harvard University Press, 1970.

JUDIS, John B. **A Explosão do Populismo**. Como a grande recessão transformou a política nos EUA e na Europa. Lisboa: Presença, 2017.

LASH, Cristopher. **The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy**. New York: W.W Norton & Company, 1995.

MANN, Thomas. (1913) **A morte em Veneza**. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

MAUSS, Marcel.(1922) **The Gift: forms and functions of exchange in archaic societies**. London: Routledge, 1990.

MEIKSINS-WOOD, Ellen. **Democracia contra Capitalismo: a revisão do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia, **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 11-23, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/k5cVRT5zZcDBcYpDCTxTMPc/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2023.

MUDDE, Cas. **On Extremism and Democracy in Europe**. London: Routledge, 2016.

NUNES, Nuno. **Desigualdades sociais e práticas de ação coletiva na Europa**. Lisboa: Mundos Sociais, 2013.

PIKETTY, Thomas. **Capital e Ideologia**. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores, 2020.

POLANYI, Karl. (1944) **A Grande Transformação: as origens políticas e económicas do nosso tempo**. Lisboa: Edições 70, 2012.

RODRIGUES, Carlos Farinha *et al.* **Desigualdades de Rendimento e Pobreza em Portugal**. Lisboa: FFMS, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. **Notre Histoire Intellectuelle et Politique**. Paris: Seuil, 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Lacan, envers et contre tout**. Paris: Seuil, 2011. P. 10-11.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Soi-Même Comme Un Roi** – Essai sur les dérivés identitaires. Paris: Seuil, 2021.

SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. The Triumph of Injustice: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay. **Financ Mark Portf Manag** n. 34, p. 349–352, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11408-020-00362-4>. Acesso em 23 nov. 2023.

SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. **The Triumph of Injustice**: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay. WW Norton & Company, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A new vision of Europe. Learning from the Global South. In: SANTOS, Boaventura S.; MENDES, José M. (orgs.). **Demo-diversity: Toward post-abysal democracies**. New York and London: Routledge, 2020. p. 31-53.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Desmercantilizar, descolonizar y despatriarcalizar. **El País**, 28 fev. 2021.

SCHMITTER, Philippe C. **Portugal**: do autoritarismo à democracia. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

SOLJENITSIN, Alexandr. (1973) **O arquipélago do Gulag**. Lisboa: Sextante Editora, 2020.

TOURAINÉ, Alain. **The Voice and the Eye**: An Analysis of Social Movements. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TOURAINÉ, Alain. **Pela Sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

TOURAINÉ, Alain. **Qu'est-ce que la démocratie?** Paris: Fayard, 1994.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser Anti-Capitalista no Século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2020.